



X MARCHA A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

PROMOVENDO A REFORMA FEDERATIVA



PAUTA DE REIVINDICAÇÕES 2007



DIRETORIA

Presidente

Paulo Roberto Ziulkoski - Mariana Pimentel / RS

Primeiro vice-presidente

Fernando Antonio Lobato - Santa Cruz do Arari / PA

Segundo vice-presidente

Anísio Anatólio Soares - Governador Celso Ramos / SC

Terceiro vice-presidente

Luis Coelho da Luz Filho - Paulistana / PI

Quarto vice-presidente

Celso Cota Neto - Mariana / MG

Primeiro secretário

Rubens Germano Costa - Picuí / PI

Segundo secretário

Marcos Monti - São Paulo / SP

Primeiro tesoureiro

José Irineu Carvalho - Fortaleza / CE

Segundo tesoureiro

Mauri Eduardo de Barros Heinrich - Ibirubá / RS

CONSELHO FISCAL

David Loureiro Coelho São Fidélis RJ

Rosiana Lima Beltrão Siqueira Feliz Deserto AL

Mario Paulo Fernandes Ribeiro Santanópolis BA

Jacob Ferreira São Luiz do Norte GO

João Abadio Oliveira e Silva Pequizeiro GO

Agnelo Alves Parnamirin RN

CONSELHO DE REPRESENTAÇÕES REGIONAIS

Região Norte

Titular: Sueli Aragão - Cacoal / RO

Suplente: Anderson José de Souza - Rio Preto da Eva / AM

Região Nordeste

Titular: Josuel Vicente Lins - Pombos / PE

Suplente: Cleomar Tema Carvalho Cunha - Tuntun / MA

Região Sul

Titular Luiz Lazaro Sorvos Nova Olímpia PR

Suplente Gilberto Tomasi Caxambu do Sul SC

Região Sudeste

Titular: João Guerino Balestrassi - Colatina / ES

Suplente: Élbio Trevisan - Cesário Lange / SP

Região Centro-Oeste

Titular: Simone Nassar Tebet - Três Lagoas / MS

Suplente: José Aparecido dos Santos - Nova Marilândia / MT



X MARCHA A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

PROMOVENDO A REFORMA FEDERATIVA

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES 2007



Brasília

Abril de 2007

Índice

Apresentação	7
---------------------------	----------

Senado federal

Matérias urgentíssimas	9
Propostas de Emenda à Constituição (PEC)	9
Projetos de Lei (PL)	9
Matérias urgentes	10
Propostas de Emenda à Constituição (PEC)	10
Projetos de Lei (PL).....	12
Matérias importantes	14
Proposta de Emenda à Constituição (PEC)	14
Projetos de Lei (PL)	15

Câmara dos Deputados

Matérias urgentíssimas	23
Proposta de Emenda à Constituição (PEC)	23
Projeto de Lei Complementar (PLP)	23
Projetos de Lei (PL)	24
Matérias urgentes	26
Propostas de Emenda à Constituição (PEC)	26
Projeto de Lei Complementar (PLP)	28
Projetos de Lei (PL).....	28
Matérias importantes	32
Propostas de Emenda à Constituição (PEC)	32
Projetos de Lei Complementar	33
Projetos de Lei (PL).....	36

Apresentação

A Confederação Nacional de Municípios – CNM está aperfeiçoando um sistema de monitoramento das atividades legislativas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para identificar proposições de interesse dos municípios, divulgando-as e buscando, com apoio das Entidades Estaduais e Microrregionais, garantir que sejam aprovadas propostas coerentes com os interesses dos municípios brasileiros e do Movimento Municipalista.

A partir da avaliação contínua dos projetos em tramitação, cerca de 4000, identificamos as prioridades tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado Federal e as listamos nesse documento de forma a facilitar o acompanhamento da tramitação das principais proposições.

Os projetos foram classificados por ordem de relevância, priorizando-se aqueles que visam corrigir os problemas estruturais do Pacto Federativo brasileiros, que se constitui principalmente numa distribuição irregular de atribuições e recursos para o atendimento das demandas de nossa população por serviços públicos de melhor qualidade.

A Pauta de Reivindicações da Confederação Nacional de Municípios é o documento que baliza e orienta os debates da Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, com o objetivo consolidar e focar os pleitos municipais, buscando maior eficácia nas ações do Movimento Municipalista ao influenciar o Legislativo Federal para o atendimento às demandas e anseios dos Municípios brasileiros.

Nesse sentido, esse documento visa motivar a discussão e o aperfeiçoamento de projetos que tenham impacto no desenvolvimento dos municípios, e também na construção de políticas públicas e programas de governo que respeite a autonomia federativa dos municípios e seu importante e decisivo papel no desenvolvimento e crescimento do País.

Durante todo o ano a CNM acompanhará e monitorará as proposições apresentadas no Congresso nacional, o que significa que outras matérias poderão ser destacadas como de interesse prioritário dos Municípios ao longo do ano.



Paulo Ziulkoski

Presidente da CNM



Matérias urgentíssimas no Senado

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUÇÃO (PEC)

PEC 12/2006

Autor: Senador Renan Calheiros.

A matéria foi originada a partir de gestões e debates promovidos pelo Ministro Nelson Jobim, então presidente do Supremo Tribunal Federal. O formato da PEC cria regime no qual a União, Estados e o DF tornariam disponíveis recursos para aplicação no pagamento de precatórios de 3% da despesa primária líquida, e os Municípios aplicariam 1,5% da despesa primária líquida da mesma forma.

Os recursos mencionados seriam distribuídos em: 70% destinados para leilões com deságio para pagamento à vista de precatórios e, 30% destinados para o pagamento dos precatórios não quitados por leilão, sendo estabelecida uma ordem crescente de valores. Desse modo, a atual ordem cronológica dos precatórios ficaria extinta. Cumprindo a aplicação de recursos determinada na PEC, o poder público estaria isento da possibilidade de sofrer seqüestros pelos tribunais de justiça.

PEC 59/2005

Autor: Senador Arthur Virgílio.

Acrescenta § 5º ao artigo 239 da CF para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios. A proposta prevê que os recursos arrecadados com o PASEP deverá ser mantido em cada ente da federação que arrecadou. O objetivo é criar um fundo de amparo aos servidores públicos que passaria a reter e aplicar o PASEP. A proposta resolveria a distorção em relação aos funcionários públicos que contam com estabilidade no emprego que constam com estabilidade no emprego e não são beneficiados por programas de treinamento como o Planfor.

PROJETOS DE LEI DO SENADO (PLS)

PLS 75/2004

Autor: Senador César Borges.

Isenta as prefeituras do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre máquinas e equipamentos.

PLS 138/2003

Autor: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Propõe que parte da parcela do CPMF que é destinada à Fundação Nacional de Saúde seja devolvida ao município de origem.

Matérias urgentes no Senado

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUÇÃO (PEC)

PEC 39, de 2000

Autor: Senador Ricardo Santos.

Propõe alteração do inciso iv do art. 158 da CF, estabelecendo novo critério de distribuição da cota-parte do icms entre os municípios. O valor adicionado enquanto conceito econômico guarda estreita correlação com o nível de produção e renda municipal. Isto implica, na grande maioria das vezes, que os municípios de maior expressão econômica desfrutam de posições privilegiadas nos resultados em detrimento dos municípios mais carentes de infra-estrutura social. A proposta visa corrigir essa distorção distributiva, viabilizando a redução da participação da variável valor adicionado. Reduzindo de 75% a um limite inferior a 50% e, ampliando o papel das assembleias legislativas estaduais que passaria a ser responsável pela distribuição de 50% dos recursos, e não dos atuais 25%, observando o critério de obrigatoriedade de que pelo menos 40% levará em consideração a população residente.

PEC 50, de 2005

Autor: Senador Osmar Dias.

Destina ao fpm 10% do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção do domínio econômico. O sistema constitucional tributário brasileiro é absolutamente rígido, pois discrimina de modo taxativo as competências impositivas de cada esfera de governo. A união, os estados, o distrito federal e os municípios têm definidas as espécies tributárias que cada qual pode instituir para garantir o seu autogoverno. Na repartição dessas competências, observa-se nítida vantagem da união sobre os estados e destes para com os municípios.. A proposta visa remediar as injustiças e injuridicidades que vêm paulatinamente fortalecendo a união do ponto de vista do incremento de suas receitas, em detrimento dos estados e municípios limitados às receitas de seus impostos e às transferências constitucionais.

PEC 15, de 2005

Autor: Senador Siqueira Campos.

Propõe inserção de novos parágrafos nos artigos 80 e 82 do ADCT da CF, para determinar a transferência aos municípios, de metade dos recursos da CPMF destinados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

PEC 16, de 2005

Autor: Senador Siqueira Campos.

Propõe alteração do art. 159 Da cf, para determinar a transferência aos municípios, de 5% das contribuições

sociais de que trata o art. 195. A proposta sugere que 5% das receitas das contribuições para o financiamento da seguridade social (cofins) e da contribuição social sobre o lucro líquido (csll) sejam repartidas entre os municípios. Uma simulação simples dá uma idéia dos valores envolvidos. Em 2004, arrecadaram-se r\$ 96,2 bilhões a título de cofins e csll, dos quais 20%, ou seja, r\$ 19,24 foram desvinculados pela dru, restando r\$ 76,96 bilhões. Se a regra aqui proposta estivesse em vigor, r\$ 3,85 bilhões teriam sido repassados aos municípios, enquanto os restantes 92,35 bilhões teriam permanecido na órbita federal. É fácil de perceber que essa repartição não afetaria significativamente as contas federais.

PEC 13, de 2003

Autor: Senador Sergio Zambiasi.

Altera a redação do § 4º do artigo 18 da constituição federal, dispondo sobre a organização dos municípios. A proposta propõe que seja devolvido aos estados a competência para legislar sobre a criação e desmembramento de municípios.

PEC 10, de 2007

Autor: Senador Renato Casagrande.

Altera a redação do art. 158 Da constituição federal. (Dispõe sobre repartição das receitas tributárias). A proposta estabelece que no mínimo 50% (cinquenta por cento) da parcela do icms pertencente aos municípios seja distribuída proporcionalmente com o valor adicionado. E que sejam mantidos os atuais 75%. Estabelece ainda que até 50% (cinquenta por cento) seja distribuído de acordo com a lei estadual, o que viabiliza a manutenção dos atuais 25%. Ainda de acordo com a proposta as assembleias legislativas estaduais devem decidir pelo mérito da alteração da forma de repartição atual. As que desejarem mudar poderão fazê-lo e, assim, mitigar a situação de penúria em que vivem alguns de seus municípios. E responsáveis pela determinação da forma de distribuição entre seus municípios da parcela do icms, desde que essa distribuição seja feita na forma de, no mínimo, 50% de acordo com o valor adicionado e de, no máximo, 50% de acordo com a lei estadual.

PEC 16, de 2007

Autor: Senador Francisco Dorneles.

Modifica o art. 150 da Constituição Federal, para estender às contribuições, exceto previdenciárias, limitação ao poder de tributar da União semelhante à existente para os impostos.

PEC 17, de 2007

Autor: Senador Francisco Dorneles.

Dá nova redação ao inciso I do art. 159 da Constituição Federal, para incluir o produto da arrecadação das

contribuições sociais que especifica no compartilhamento com Estados e Municípios.

PROJETOS DE LEI DO SENADO (PL)

PLS 98, de 2002

Autor: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Regulamenta o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios e dá outras providências (artigo 18, § 4º, da Constituição Federal).

PLS 503, de 2003

Autor: Senador Siba Machado.

Dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, regulamentando o § 4º do artigo 18 da Constituição Federal, e dá outras providências.

PLC 326, de 2006

Autor: Senador Marcelo Crivella.

Propõe a alteração da Lei do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para estabelecer que os recursos do Fundo sejam aplicados em habitação e saneamento básico.

PLS 63, de 2005

Autor: Senador Álvaro Dias.

Propões Altera os arts. 6º e 16 da Lei Complementar nº 76 de 1993, a fim de garantir o pagamento de créditos tributários através da retenção sobre o valor a ser pago a título de indenização por desapropriação de interesse social para reforma agrária.

PLS 105, de 2003

Autora: Senadora Ana Júlia Carepa.

Propõe alteração do art. 6º da Lei 7.990/89, que institui compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais, e alteração no artigo 2º da Lei nº 8001, de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990 de 1989. Visa modificar os percentuais das alíquotas pela exploração de recursos minerais, e transfere para municípios limítrofes 40% da arrecadação de compensação financeira a que faz jus município onde se situa a lavra.

PLS 56, de 2004

Autor: Senador Tião Viana.

Propõe alteração do dispositivo da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000. Beneficia, pela compensação financeira, os Estados e Municípios que possuem nascentes de rios, cuja vazão é aproveitada para a geração de energia em hidrelétrica.

PLS 32, de 2007

Autor: Senador Osmar Dias.

Estabelece a obrigatoriedade da consolidação de todas as dívidas municipais a fim de constituir Fundo Nacional de Extinção de Endividamento e dá outras providências.

PLS 65, de 2007

Autor: Senador César Borges.

Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para modificar as fontes de receita do Fundo Nacional de Segurança Pública e estabelecer a obrigatoriedade de repasse de, no mínimo, oitenta por cento dos recursos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para aplicação em ações de segurança pública.

PLS 71, de 2007

Autor: Senador Antonio Carlos Valadares.

Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para acrescentar nova destinação de parcela das receitas arrecadadas com a cobrança de multas de trânsito aos municípios.

Matérias importantes no Senado

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUÇÃO (PEC)

PEC 29, de 2003

Autor: Senador Lúcia Vânia.

Altera o art. 193 da Constituição Federal – Ordem Social. A proposta objetiva que a ordem social seja avaliada por meio de indicadores de responsabilidade social, que serão definidos por lei complementar posteriormente.

PEC 58, de 2005

Autor: Senador Flexa Ribeiro.

Propõe alteração no art. 159 da CF para determinar a transferência aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de sua balança comercial com o exterior.

PEC 41, de 2003

Autor: Senador Siba Machado.

Trata sobre a Reeleição dos Prefeitos. Altera a redação do § 5º do art. 14 da Constituição Federal, acabando com a reeleição em todos os níveis da federação, a partir das eleições de 2010.

PEC 44, de 2004

Autor: Senador Almeida Lima.

Dispõe sobre os percentuais máximos das Receitas Correntes Líquidas para custear despesas das Câmaras Municipais.

PEC 25, de 2003

Autor: Senador Sérgio Zambiasi.

Propõe a alteração a Constituição Federal com a finalidade de estabelecer a obrigatoriedade da realização de eleições em dois turnos nos municípios com mais de cem mil eleitores.

PEC 31, de 2003

Autor: Senador Antonio Carlos Valadares.

Acrescenta os artigos 27-A e 29-B à Constituição Federal para prever a convocação de Secretários de Estado, Secretários Municipais e do Distrito Federal pelas respectivas Casas Legislativas e dá outras providências.

PEC 88, de 2003

Autor: Senador Marco Maciel.

Dá nova redação ao artigo 89 da Constituição, para determinar a participação de representantes do Poder Judiciário e dos Estados-membros da Federação no Conselho da República.

PEC 22, de 2004

Autora: Senador Roseana Sarney.

Acrescenta parágrafo único ao artigo 219 da Constituição Federal. Dispõe sobre a concessão de incentivos ao desenvolvimento científico e tecnológico. A proposta objetiva conferir similiaridade de tratamento entre a concessão de incentivos ao desenvolvimento científico e tecnológico e a regulação de matérias das áreas de saúde e previdência social, tratadas respectivamente nas seções ii e iii do capítulo ii do título viii da cf.

PEC 21, de 2007

Autor: Senador Leomar Quintanilha.

Altera o disposto na alínea "b" do inciso X do parágrafo 2º do art. 155, no sentido de excluir da não-incidência as operações interestaduais relativas à energia elétrica.

PROJETOS DE LEI DO SENADO (PLS)

PLS 44, de 2003

Autor: Senador Eurípedes Camargo.

Propõe a alteração o Decreto-Lei nº 3365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, e a Lei nº 6766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para estabelecer, nos casos que especifica, critérios para o pagamento de justa indenização.

PLS 45, de 2003

Autor: Senador Eurípedes Camargo.

Insera parágrafo no artigo 87 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), de modo a assegurar, aos docentes da rede pública que não tenham habilitação em nível superior, vagas nos cursos de graduação de formação de professores.

PLS 316, de 2004

Autor: Senador Serys Slhessarenko.

Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.

PLS 325, de 2006

Autor: Senador Antônio Carlos Valadares.

Dispõe sobre o Estatuto do Produtor Rural. A matéria define os conceitos de produtor rural e agronegócios, da função social da terra, do crédito rural, da assistência técnica e da extensão, do seguro agrícola, do acesso aos mercados, da infra-estrutura rural, da assistência social e a saúde do produtor rural, da preservação e conservação do meio ambiente, do acesso a terra, da defesa agropecuária, da informação agrícola e das relações de trabalho rural. Esta na CRA aguardando o parecer.

PLC 52, de 2003

Autor: Deputado Cláudio Cajado.

Dispõe sobre os exames preventivos de acuidade visual e auditiva nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental. A realização dos exames é de fundamental importância para todos os alunos da educação básica, mas, é necessário que a Lei identifique a fonte de financiamento para que a mesma possa ser implantada.

PLC 78, de 2006

Autor: Deputado Inaldo Leitão.

Propõe a alteração do art. 96 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para prever renúncia à aposentadoria concedida pelo Regime Geral de Previdência Social.

PLC 210, de 2002

Autor: Senador Mauro Miranda.

Propõe a alteração da Lei nº 9313, de 13 de novembro de 1996, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS, para incluir o benefício do fornecimento de leite maternizado para os filhos de mães portadoras do HIV e doentes de AIDS.

PLS 281, de 2006

Autor: Senador Flexa Ribeiro.

Insere parágrafo único no art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de

Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre atendimento médico e odontológico aos estudantes do ensino fundamental público.

PLS 60, de 2002

Autor: Senador Osmar Dias.

Dispõe sobre o parcelamento de débitos relativos às contribuições de Estados, do Distrito Federal e municípios ao PASEP.

PLS 82, de 2006

Autor: Senador Rodolpho Tourinho.

Propõe alteração do art. 1º da Lei 11.110/05 (Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado), para incluir municípios na Concessão do microcrédito. A matéria será discutida em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos e depois relatada.

PLC 48, de 2004

Autor: Senador Sérgio Zambiasi.

Altera a Lei nº 6766, de 19 de dezembro de 1979, e a Lei nº 10257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para submeter ao órgão ambiental estadual a transformação do solo rural em urbano.

PLS 359, de 2003

Autor: Senador César Borges.

Dispõe sobre a aquisição, pela União, de créditos relacionados à participação governamental obrigatória dos Municípios na exploração de recursos hídricos para fins de energia elétrica, petróleo e gás natural.

PLS 202, de 2004

Autor: Senador Tião Viana.

Propõe a alteração a Lei de Responsabilidade Fiscal para determinar a aplicação de recursos decorrentes da redução do número de vereadores em programas sociais do município.

PLS 367, de 2004

Autor: Senador Sérgio Cabral.

Adiciona um artigo à Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, para o fim de conceder participação aos Estados e Municípios no resultado da exploração de energia nuclear.

PLS 145, 2005

Autor: Senador Cristovam Buarque.

Propõe a determinação que a União efetue abatimento de 20% do pagamento mensal do serviço da dívida pública dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal em favor da Educação. Propor a troca da dívida financeira por dívida social é objetivo da proposta. Possibilitando que os estados, os municípios e o DF, invistam integralmente os recursos economizados em educação, para garantir o acesso e a permanência das crianças e adolescentes na escola e na elevação de qualidade de suas escolas, incluindo a elevação dos salários dos trabalhadores na educação, especialmente, os professores.

PLS 30, de 2006

Autor: Senador Pedro Simon.

Acrescenta os §§ 1º, 2º e 3º, ao art. 32, da Lei Complementar nº 87, de 13.09.1996, estabelecendo prazo para o ressarcimento aos Estados e ao Distrito Federal pelas renúncias do ICMS referente a produtos destinados à exportação.

PLS 313, de 2006

Autor: Senador Sérgio Zambiasi.

Propõe a alteração o § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para permitir que o custeio da educação superior dos empregados possa ser abatido da base de incidência da contribuição para o regime geral de previdência social.

PLS 331, de 2006

Autor: Senadora Roseana Sarney

“Acresce parágrafo único ao art. 48 da Lei nº 10.257/2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da CF. Estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”.

PLS 351, de 2005

Autor: Senador Pedro Simon

Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 10.840/2004, que cria o Programa Especial de Habitação Popular – PEHP.

PLS 54, de 2007

Autor: Senador Cristovam Buarque.

Altera a redação dos arts. 4º, 29, 30 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as

diretrizes e bases da educação nacional, para garantir o recenseamento escolar de crianças até cinco anos de idade para atendimento em educação infantil.

PLS 25, de 2007

Autor: Senador Tião Viana.

Modifica a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a fim de determinar a aplicação de critérios de sustentabilidade ambiental às licitações promovidas pelo Poder Público.

PLS 31, de 2007

Autor: Senador Cristovam Buarque.

Acrescenta artigo na Lei nº 9.394, de 1996, para determinar que as mudanças de lotação e remanejamentos de professores da rede pública de ensino sejam efetivadas antes do início do ano letivo.

PLS 36, de 2007

Autor: Senador Osmar Dias.

Dispõe sobre o parcelamento de débitos relativos às contribuições de estados, do Distrito Federal e municípios ao PASEP.

PLS 37, de 2007

Autor: Senador Osmar Dias.

Estabelece normas para o investimento público em habitação e dá outras providências.

PLS 43, de 2007

Autor: Senador Arthur Virgílio.

Altera o art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para prorrogar os incentivos fiscais de redução e restabelecer os de isenção relativos ao imposto sobre a renda de pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado em setores econômicos considerados prioritários para o desenvolvimento regional, e dá outras providências.

PLS 63, de 2007

Autor: Senador Expedito Junior.

Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995 para permitir dedução dos gastos realizados com educação profissional de nível técnico.

PLS 85, de 2007

Autor: Senador Marconi Pirillo.

Altera os arts.1º, 5º e 16º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI e dá outras providências, para permitir a adesão de instituições estaduais e municipais não-gratuitas.

PLS 91, de 2007

Autor: Senador Álvaro Dias.

Altera o art. 47 da Lei nº 8.171 de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre política agrícola.

PLS 103, de 2007

Autor: Senador Aloizio Mercadante.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre o acesso a redes digitais de informação em estabelecimentos de ensino.

PLS 108, de 2007

Autor: Senador Renato Casagrande.

Permite a utilização de investimentos dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico como descontos dos montantes devidos das contribuições COFINS e PIS-PASEP.

PLS 111, de 2007

Autor: Senador Álvaro Dias.

Altera o § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 2006, para dispensar as microempresas e empresas de pequeno porte do pagamento das contribuições devidas às entidades fiscalizadoras do exercício profissional.

PLS 117, de 2007

Autor: Senador Sergio Zambiasi.

Altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.

PLS 121, de 2007

Autor: Senador Tião Viana.

Dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente por Estados, Distrito Federal, Municípios e União em ações e serviços públicos de saúde, os critérios de rateio dos recursos de transferências para

a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo.

PLS 127, de 2007

Autor: Senador César Borges.

Altera o art. 8º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir as regiões geográficas brasileiras entre os âmbitos possíveis para a elaboração dos planos de recursos hídricos.

PLS 144, de 2007

Autor: Senador Cristovam Buarque.

Fixa as responsabilidades dos gestores públicos e das famílias quanto às garantias dos cidadãos em relação a seus direitos à educação escolar básica.

PLS 145, de 2007

Autor: Senador Cicero Lucena.

Institui a obrigatoriedade de uso de uniforme estudantil padronizado nas escolas públicas, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

PLC 10, de 2007

Autor: Poder Executivo.

Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.



Matérias urgentíssimas na Câmara dos Deputados

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUÇÃO (PEC)

PEC 293, de 2004

Autor: Poder Executivo.

Altera o Sistema Tributário Nacional, e tem como principais pontos a desconstitucionalização do Valor Adicionado Fiscal -VAF, alterando o art. 158 da CF, para rever os critérios de distribuição. Sendo 75% regulamentado por lei complementar Federal, e 25% por lei Estadual. A aprovação dessa matéria é de certa forma polêmica, mas é uma questão que precisa ser enfrentada pelo movimento municipalista, se aprovada significará uma distribuição mais equânime de recursos para os municípios.

PEC 285, de 2004

Autor: Poder Executivo.

Altera o Sistema Tributário Nacional e tem como pontos principais para os municípios: o aumento de (1%) ponto porcentual na incidência do FPM sobre o IR e IPI, passando de 22,5% para 23,5; a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, e a unificação das alíquotas do ICMS. A aprovação integral dessa proposta significa um incremento da ordem de 8 bilhões de reais. Caso seja destacado do relatório aprovado na Comissão Especial da Reforma Tributária o 1% das receitas municipais terão incremento da ordem de 1,5 bilhões de reais para os municípios.

PEC 393, de 2005

Autora: Senadora Heloisa Helena.

Altera o caput e o inciso IV do art. 208 da Constituição Federal, para dispor sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade. E preciso que a Comissão Especial que vai analisar e relatar a PEC trate do financiamento dessa obrigação, porque a proposta inicial da senadora não estabelece um mecanismo de financiamento para a nova despesa, que é exclusiva dos municípios e sem definição de onde sairá o recurso.

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR (PLP)

PLP 01, de 2003

Autor: Deputado Roberto Gouveia.

Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, alterado pela Emenda 29, que vincula recursos federais, estaduais e municipais para a área da saúde. A matéria visa regulamentar e definir o montante dos

recursos a ser destinado para ações e serviços de saúde pública de saúde pela União, DF e Municípios: os critérios de rateio e a fiscalização e controle desses recursos.

PLP 183, de 2001

Autor: Deputado Paulo Gouveia.

Altera a lista de serviços anexa do Decreto - Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, com a redação dada pela Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987. NOVA EMENTA DO SUBSTITUTIVO DO SENADO: Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. A Confederação Nacional de Municípios - CNM está preocupada com as perdas na arrecadação do ISS que serão ocasionadas caso esse projeto seja aprovado.

PLP 360, de 2006

Autor: Deputado Mário Heringer.

Sujeito à apreciação conclusiva das Comissões. Altera a Lei Complementar 87/96, com o escopo de isentar a incidência do ICMS a aquisição de máquinas e tratores efetuados pelas Prefeituras Municipais nos municípios com população igual ou inferior a 25.000 habitantes.

PROJETOS DE LEI (PL)

PL 7235, de 2006

Autor: Deputado Paulo Bauer.

Concede isenção do IPI nas aquisições de veículos, máquinas e equipamentos feitas pelas prefeituras municipais. Está apensado ao PL 1819/2003.

PL 7399, de 2006

Autor: Deputado Eduardo Gomes.

Prorroga o prazo para a aprovação dos Planos Diretores Municipais. A proposta é que os municípios que não aprovaram seus PDM's até outubro do ano passado, tenham 7 anos de prazo para que procedam à aprovação do mesmo. Matéria apensada ao PL 7648 de 2006.

PLS 7431, de 2006

Autor: Senador Cristóvam Buarque.

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Piso Salarial dos Educadores Públicos, na forma prevista no artigo 206, V e 212 da Constituição Federal. Aprovado no Senado, esta na Comissão de Educação aguardando relatório do Deputado Atila Lira. O assunto é de extrema importância para os profissionais da área e também para os municípios, mas, para que seja viabilizado será necessário a criação de mecanismo que garanta o financiamento e a participação da União, para que a medida seja implementada, já que os municípios não tem condições de arcar sozinhos com mais essa obrigação.

PL 7650, de 2006

Autor: Senador Cristóvam Buarque

Altera a lei de diretrizes e bases da educação, para instituir a jornada de tempo integral no ensino fundamental, no prazo de cinco anos (Altera os artigos 24 e 34 da Lei nº 9.394/96). A grande preocupação dessa matéria para os municípios é porque não trata do financiamento para implementação da proposta. E sem financiamento e cooperação da União, será impossível aos municípios cumprirem essa exigência, pois, cálculos iniciais indicam que o investimento para implantação é da ordem de 20 bilhões de reais. Será necessário a indicação da fonte de recursos pela Câmara, já que o Senado aprovou a matéria sem esse importante mecanismo.

PL 7648, de 2006

Autor: Senador Flexa Ribeiro.

Altera o Estatuto da Cidade, prorrogando o prazo para a elaboração dos planos diretores municipais. O objetivo da matéria é ampliar até 31 de dezembro de 2007, o prazo para os municípios que não fizeram o seu plano diretor conforme estabelecido pelo Estatuto da Cidade. Matéria já aprovada no Senado Federal. O PL 7.399/06, está apensado a essa proposição.

Matérias urgentes na Câmara dos Deputados

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUÇÃO (PEC)

PEC 550, de 2006

Autor: Deputado Jutahy Junior e outros.

Altera os arts. 166, 167 e acrescenta o art. 169-A ao texto constitucional, vedando a apresentação de emendas parlamentares de caráter individual ao projeto de lei relativo ao orçamento anual e àqueles que o modifiquem. Atualmente, as emendas individuais são utilizadas pelo Poder Executivo de forma a garantir uma base de apoio no parlamento. Vedar a possibilidade de apresentação de emendas individuais, nem sempre atendidas, contribuirá para uma lei orçamentária mais transparente.

PEC 495, de 2006

Autor: Senador Luiz Otávio.

Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias sobre a formação de novos municípios até o ano 2.000. A Emenda Constitucional 15, de 1996 alterou o processo de criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, determinando que tais atos seriam disciplinados por lei complementar, que estabelecem consulta popular às populações dos Municípios envolvidos. Como não foi criada lei complementar, houve interrupção imediata de todos os processos emancipatórios em andamento. Matéria já aprovada no Senado Federal. Na Câmara está sendo constituída comissão especial.

PEC 474, de 2005

Autor: Deputado Clóvis Fecury.

Acrescenta inciso IV e § 5º ao art. 150 da CF, para entregar parte do produto da arrecadação das contribuições sociais, exceto as previdenciárias, aos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios. Matéria terminativa nas comissões.

PEC 320, de 1996

Autor: Deputado Matheus Schmidt.

Acrescenta alínea “d” ao inciso II do artigo 105 da Constituição Federal. Embora o prefeito goze de foro privilegiado, a CF não prevê o recurso ordinário que possibilite uma instância revisora superior reexaminar o mérito da causa, em caso de condenação. O projeto visa suprir esta lacuna submetendo o julgamento dos Prefeitos ao “duplo grau de jurisdição”, pelo qual se permite ao cidadão sujeito a julgamento submeter decisão a uma instância superior, para que confirme ou revise decisão, como, aliás, é tradição do Direito Brasileiro.

PEC 490, de 1997

Autor: Deputado Serafim Venzon.

Altera a redação do art. 158, parágrafo único, incisos I e II da CF, para tratar dos critérios de distribuição das parcelas de receita pertencentes aos municípios reduzindo o percentual do Valor Adicionado Fiscal - VAF. Matéria arquivada nos termo do art. 105 do RICD.

PEC 556, de 2006

Autor: Deputado Francisco Turra.

Acrescenta o inciso "IV" ao art. 159 da Constituição, insere os arts. 95, 96 e 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, assegura o ressarcimento de receitas aos Estados, ao Distrito Federal e Municípios por desonerações tributárias e fixa limites para os contratos de parcelamento de dívidas dos entes federados para com a União.

PEC 333, de 2004

Autor: Deputado Pompeo de Mattos.

Modifica a redação do art. 29-A e acrescenta art. 29-B à Constituição Federal para dispor sobre o limite de despesas e a composição das Câmaras de Vereadores e dá outras providências.

PEC 6, de 2007

Autor: Deputado Flávio Dino.

Prorroga os mandatos de eleitos nos anos de 2004 e 2006, visando à realização de eleições gerais em 2010 e à fixação de novas datas para as posses nos Poderes Executivos.

PEC 23, de 2007

Autor: Deputado Fernando Coruja.

Altera o art. 159 da CF e acrescenta os art. 95 e 06 ao ADCT para que as contribuições que determina passem a ser divididas entre os Estados e Municípios.

PEC 11, de 2007

Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Da nova redação ao § 5 do art. 14, ao § 1 do caput do art. 28, ao inciso I do art. 29, ao parágrafo único do art. 44, ao caput do art. 45 aos §§ 1 e 2, do art. 46, ao art. 82, da CF e acrescenta dispositivos ao ADTC, proibindo a reeleição para Presidente da República, Governadores e Prefeitos, fixando em cinco anos a duração dos

mandatos dos cargos eletivos nos Poderes Executivos e Legislativos em todos os níveis e determinando a simultaneidade das eleições.

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR (PLP)

PLP 388, de 2007

Autor: Poder Executivo.

Fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora, previstas no art. 23, incisos III, VI e VII, da Constituição. Tramita na Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Regulamenta a nova Constituição Federal. Essa matéria é parte do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Tramita em regime de urgência. Está apensada ao PLP 12/2003.

PROJETOS DE LEI (PL)

PL 7045, de 2006

Autor: Deputado Mário Heringer.

Dispõe sobre a não incidência do IPI, da COFINS e do PIS/PASEP na aquisição de máquinas e tratores efetuados pelas Prefeituras Municipais dos municípios com população igual ou inferior a 25.000 habitantes. Está apensado ao PL 1810/2003, é terminativo nas comissões.

PL 7168, de 2006

Autor: Deputado João Herrmann Neto.

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição, pelas Prefeituras Municipais e suas autarquias, fundações, empresas públicas ou de economia mista, de máquinas, tratores, caminhões e equipamentos, a serem utilizados em obras públicas. Está apensado ao PL 1810/2003.

PL 2230, de 2003

Autor: Deputado Augusto Nardes.

Concede isenção do IPI para veículos adquiridos pelos órgãos públicos municipais para utilização exclusiva. Está na CCJC e recebeu parecer pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Deputado Armando Monteiro.

PL 3056, de 2003

Autor: Deputado Valdemir Moka.

Concede as Prefeituras Municipais isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nas aquisições de ambulâncias e veículos destinados ao transporte escolar. Está apensado ao PL 2230/2003.

PL 6343, de 2005

Autor: Deputado Leodegar Tiscoski.

Modifica a Lei nº 8.989, de 1995, com a redação dada pela Lei nº 10.754, de 2003, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados, os veículos adquiridos por Prefeituras, nas condições que estabelece. Está apensado ao PL 2230/2003.

PL 5979, de 2001

Autor: Comissão de Viação e Transportes.

Acrescenta o art. 66-A e altera a redação do “caput” do art. 104 na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, estabelecendo condições para a circulação de veículos e atribuindo ao CONTRAN e ao CONAMA competência apenas para edição de normas técnicas. O projeto estabelece ainda critérios a serem obedecidos pela Inspeção Técnica Veicular, bem como a caracterização da mesma como serviço público a ser prestado, em regime de concessão. Fixa normas a serem atendidas pelos interessados em, receber a outorga da concessão, e exigências quanto à elaboração do edital de licitação, regras para fixação das tarifas e para a distribuição dos recursos arrecadados entre os entes da Federação. E regulamenta o funcionamento das estações de inspeção, a classificação dos defeitos identificados e as condições para a reprovação dos veículos em que tenham sido identificados defeitos durante a inspeção.

PL 7709, de 2007

Autor: Poder Executivo.

Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, e dá outras providências. Possibilita o uso do sistema eletrônico em todas as modalidades de licitação, incluindo o pregão. Essa matéria faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e tramita em regime de urgência.

PL 20, de 2007

Autor: Deputado Fernando Chucre.

A proposta estabelece normas gerais disciplinadoras do parcelamento do solo para fins urbanos e da regularização fundiária sustentável de áreas urbanas e será denominada Lei da Responsabilidade Territorial

Urbana. A aplicação desta Lei dar-se-á sem prejuízo de outras normas específicas de âmbito federal, estadual, distrital ou municipal que com ela sejam compatíveis, respeitadas as competências constitucionais de cada ente federativo.

PL 31, de 2007

Autor: Deputado Zezeu Ribeiro.

A proposta estabelece normas gerais disciplinadoras do parcelamento do solo para fins urbanos e da regularização fundiária sustentável de áreas urbanas e será denominada Lei da Responsabilidade Territorial Urbana. A aplicação desta Lei dar-se-á sem prejuízo de outras normas específicas de âmbito federal, estadual, distrital ou municipal que com ela sejam compatíveis, respeitadas as competências constitucionais de cada ente federativo.

PL 3744, de 2000

Autor: Poder Executivo.

Institui o Conselho de Gestão Fiscal e dispõe sobre sua composição e forma de funcionamento, nos termos do art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Órgão de deliberação coletiva, integrante da administração pública federal, vinculado ao Ministério do Planejamento, com a participação de representantes da União, dos Estados, do DF, dos Municípios e entidades técnicas representativas da sociedade. O relatório do Deputado Marcelo Castro, propõe que os Municípios tenham três assentos sendo dois indicados pela CNM e FNP, e outro do poder legislativo indicado pela ABRACAM.

PL 203, de 1991

Autor: Senado Federal.

Dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde. O PL 203/91, do Senado Federal, “dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde”. No âmbito da proposição, são estabelecidos: o conceito de resíduos de serviços de saúde; os estabelecimentos sujeitos à aplicação da lei; a classificação dos resíduos de serviços de saúde. Determina também que os resíduos sejam separados e acondicionados, na fonte produtora, de acordo com procedimentos adequados a cada categoria de resíduo. Dispõe, ainda, sobre as responsabilidades dos estabelecimentos geradores dos resíduos e as obrigações da Administração Municipal, incluindo-se a manutenção de serviço regular de coleta e transporte dos resíduos de serviços de saúde, bem como sua destinação final adequada. Finalmente, prevê as infrações à lei e as respectivas sanções.

PL 341, de 2007

Autor: Deputado Julio César.

Estabelece novo critério de distribuição de compensação financeira (royalties) e participação especial pela produção de petróleo, gás natural e xisto betuminoso, entre os Estados, Distrito Federal e Municípios, adotando os mesmos critérios de repartição do FPE e do FPM. Revoga o art.48 da Lei nº 9.478, de 1997. Apensado ao PL 299/2007. Além de novo critério de distribuição a proposição estabelece ainda participação especial pela produção de petróleo, gás natural e xisto betuminoso, entre os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, adotando os mesmos critérios de repartição FPE e do FPM. A proposta sugere que os recursos seriam distribuídos igualmente pelos entes federados: 50% seriam destinados aos estados e os outros 50%, aos municípios. Isso representa aumento de R\$ 4,7 bilhões nas receitas de todos os municípios do Brasil, conforme cálculos feitos sobre os valores distribuídos em 2006. A proposta também sugere que a distribuição dos royalties e participações especiais do petróleo sejam baseadas nos mesmos critérios adotados para repartição do Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios.

Matérias importantes na Câmara dos Deputados

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUÇÃO (PEC)

PEC 330, de 2001

Autor: Deputado Paulo Gouveia.

Dispõe sobre a participação dos Municípios na arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de comunicação. O texto constitucional vigente estabelece que 25% da receita do ICMS pertence aos Municípios. Essa distribuição de recursos tem-se mostrado insatisfatória, pois nos últimos anos cresceram os encargos dos Municípios, principalmente na área social. A elevação da despesa resulta, muitas vezes, de transferências de atribuições da União e dos Estados que não se fazem acompanhar dos imprescindíveis recursos. A proposta eleva de 25% para 35%, a participação dos Municípios na receita do ICMS.

PEC 104, de 2003

Autora. Deputado Thelma de Oliveira.

Altera o art. 159 da CF, aumentando para 50% o valor a ser repassado pela União do produto arrecadado com o IR e IPI, sendo 4% aplicado nos fundos constitucionais, permitindo o remanejamento de uma região para a outra. A autora propõe que 4% da aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, podendo, de acordo com as demandas regionais e as disponibilidades financeiras, ser remanejado de uma região para outra, mas assegurando ao semi-árido do Nordeste pelo menos a metade dos recursos destinados a região, na forma que a lei estabelecer. Os Fundos Constitucionais foram criados com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões mais pobres do País, através das instituições financeiras federais de caráter regional, onde os beneficiários são os produtores e empresas, pessoa físicas e jurídicas, além das cooperativas de produção que desenvolvam atividades nos setores agropecuário, mineral e agroindustrial das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os fundos também podem financiar empreendimentos não-governamentais de infra-estrutura econômica, comerciais e de serviços, desde que observados o limite de 10% dos recursos previstos, em cada ano, para os respectivos Fundos.

PEC 537, de 2006

Autor: Deputado Michel Temer.

Altera o § 8º do art. 144 da Constituição Federal. Autoriza as Guardas Municipais a realizarem policiamento ostensivo, sob a coordenação da Polícia Militar, quando e conforme convênio firmado com o Estado - membro. É importante salientar que a matéria não torna obrigatório o policiamento ostensivo, somente faculta ao município. Matéria apensada a PEC 584/2006.

PEC 542, de 2006

Autor: Deputado Renato Casagrande.

Altera a redação do art. 158 da CF., estabelecendo novos critérios para repartição percentual da receita tributária relativa ao ICMS pertencentes aos municípios no prazo de cinco anos. A proposta estabelece que no mínimo 50% da parcela do ICMS, pertencente aos Municípios seja distribuída de acordo com o Valor Adicionado Fiscal – VAF, podendo, portanto ser mantidos os atuais 75%. A proposta estabelece também que até 50% seja distribuído de acordo com a lei estadual, podendo, portanto, permanecer os atuais 25%. A matéria permite que as Assembléias Legislativas decidam se mudam ou não a forma de repartição atual. As que desejarem mudar poderão fazê-lo, e assim, minorar a situação de penúria em que vivem alguns de seus Municípios. Dessa forma fica sob a responsabilidade da Assembléia Legislativa a determinação pela forma de distribuição do VAF entre seus municípios, desde que no mínimo 50% seja feito de acordo com o VAF, e no máximo 50% de acordo com a lei estadual. Está apensado ao PL 490/1997.

PEC 588, de 2006

Autor: Deputado André Zacharow.

Dá nova redação ao § 3º do art. 100 da CF, tornando prioritário o pagamento de precatórios dos que tiverem idade superior a 60 (sessenta) anos.

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

PLP 3, de 2007

Autor: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

Acrescenta o § 4º ao art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que instituiu o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. A proposta é para manter o pagamento da contribuição sindical patronal das microempresas e pequenas empresas. Apensado ao PL 2 de 2007.

PLP 3, de 2007

Autor: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

Acrescentem-se os incisos XXII e XXVIII do § 1º do art. 17, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. A proposta é para autorizar a inclusão no Simples Nacional das empresas de decoração e paisagismo, representação comercial e corretoras de seguros. Apensado ao PL 3 de 2007.

PLP 347, de 2006

Autora: Deputado Laura Carneiro.

Acrescenta parágrafo ao art. 25 da LC 101/2000, para disciplinar o repasse de recursos do Orçamento da União ou dos Estados para os Municípios com Índice de desenvolvimento Humano inferior a 0,8. Propõe a desobrigação das exigências de contrapartidas associadas ao recebimento de transferências voluntárias da União e dos Estados, os Municípios.

PLP 254, de 2005

Autor: Deputado Gustavo Fruet

“Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, reduzindo a alíquota máxima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre serviços de transporte de natureza municipal”. Reduzindo a alíquota do ISS incidente sobre o transporte municipal para 2%.

PLP 263, de 2005

Autor: Deputado Max Rosenmann.

“Altera a legislação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e dá outras providências”. Para incluir na base de cálculo do ISS os serviços acessórios e de valor adicionado de telefonia celular. Alterando a Lei Complementar nº 116, de 2003.

PLP 230, de 2004

Autor: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame

“Modifica a Lista de Serviços Tributáveis pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003”. Incluindo na Lista de Serviços Tributáveis do ISS a veiculação de textos, desenhos e material de publicidade; excluindo da base de cálculo valores referentes a descontos legais e locação de espaços usados na veiculação.

PLP 10, de 2007

Autor: Deputado José Pimentel.

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, - Lei de Responsabilidade Fiscal, e dá outras providências. Fixando os gastos com pessoal da Defensoria Pública dos Estados em 2%(dois por cento).

PLP 4, de 2007

Autor: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

Acrescente-se o Parágrafo único do art. 52, da Lei Complementar n.º 123 de 2006 (Supersimples), que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Estabelecendo que o Comitê Gestor

disporá sobre modo simplificado de apresentação da RAIS, CAGED e Relação Anual de Empregados das micro e pequenas empresas.

PLP 7, de 2007

Autor: Deputado Pepe Vargas.

Acresce o artigo 59-A à Lei Complementar nº 123/2006 (Supersimples) que instituiu o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Instituído o Sistema Nacional de Garantias de Crédito com o objetivo de facilitar o acesso das micros e pequenas empresas ao crédito e a demais serviços nas instituições financeiras.

PLP 11, de 2007

Autor: Deputado Jose Linhares.

Altera a LC 101, de 2000, (LRF), para estabelecer a divisão entre a responsabilidade civil e fiscal dos gestores públicos. O objetivo da proposta é deixar claro que a eventual aplicação das sanções administrativas e fiscais não exime os juizes do exame de todas responsabilidades civis aplicáveis a cada caso.

PLP 12, de 2007

Autor: Deputado Nelson Bornier.

Altera o art. 8 da LC 116, de 2003 (ISS), determinando que os bancos e instituições financeiras mantenham em suas sucursais e filiais um “controle fidedigno mensal” para a fiscalização e cobrança do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISS.

PLP 13, de 2007

Autor: Deputado Jose Rocha.

Acrescenta ao art. 25 da LC 101, de 2000(LRF), para disciplinar o repasse de recursos do orçamento da União ou dos Estados para os municípios com IDH inferior a 0,8. Desobrigando das exigências de contrapartidas associadas ao recebimento de transferências voluntárias da União e dos Estados, os Municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior a 0,8.

PROJETOS DE LEI (PL)

PL 7666, de 2006

Autor: Deputado Ricardo Santos.

Dispõe sobre o regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na organização dos seus sistemas de ensino e dá outras providências. A criação do Fundeb, abrangendo as três etapas da educação básica, situa, de maneira ainda mais candente e inevitável, a necessidade de entrosamento da União, os Estados, o DF e os Municípios. Diante da nova sistemática de financiamento da educação básica, esta questão inadiável não poder ser omitida, mas enfrentada satisfatoriamente. A proposição é uma tentativa de chamar para uma discussão democrática sobre o regime de colaboração intergovernamental de organização dos sistemas de ensino. Propondo princípios gerais do regime de colaboração, bem como normas orientadoras para a transformação e o compartilhamento de encargos e serviços, de modo a melhor servir o cidadão, e aplicar padrões mínimos de qualidade de ensino previstos na CF e na LDB. A matéria trata, ainda, entre outros aspectos da política de gestão educacional, onde tem lugar de destaque os Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação. Os governos e a sociedade civil devem agir de forma harmônica e integrada para que a educação seja uma conquista efetiva e não apenas uma promessa na letra da lei.

PL 127, de 2007

Autor: Deputado Lobbe Neto.

Dispõe sobre a substituição de alimentos não saudáveis, nas escolas de educação infantil e do ensino fundamental, público e privado.

PL 1810, de 2003

Autor: Deputado Rogério Silva.

Dispõe sobre a isenção do IPI na aquisição de ambulâncias, caminhões, caçambas, coletores de lixo e máquinas e equipamentos de terraplanagem pelos municípios. A este projeto estão apensados os PL's 7045/2006, 7168/2006 e 7235/2006.

PL 6204, de 2002

Autor: Deputado Luiz Carlos Hauly.

Autoriza o parcelamento dos débitos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, relativos a contribuições devidas ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, em até 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais, e dá outras providências. Matéria terminativa nas comissões.

PL 7250, de 2006

Autor: Deputado Darcísio Perondi.

Dispõe sobre o parcelamento de débitos relativos às contribuições de estados, do Distrito Federal e municípios ao PASEP. Tramita em conjunto com o PL 6204/06. Terminativa nas comissões.

PL 1332, de 2003

Autor: Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Dispõe sobre as atribuições e competências comuns das Guardas Municipais do Brasil. Regulamenta e disciplina a constituição, atuação e manutenção das Guardas Civas Municipais como Órgãos de Segurança Pública em todo o Território Nacional e dá outras providências. O projeto de lei em epígrafe, disciplina o funcionamento e a organização das Guardas Municipais, por meio das seguintes disposições:

- a) reconhece, aos guardas municipais, a condição de servidores policiais e de agentes da autoridade policial, para todos os efeitos legais, estabelecendo entre as suas competências o exercício de poder de polícia administrativo e de funções de polícia ostensiva, de natureza preventiva e repressiva;
- b) determina que o regime jurídico das Guardas Municipais será o de servidor civil e que o órgão integrará o sistema de segurança pública brasileiro, uma vez que lhe caberá zelar pela segurança pública na circunscrição com o município;
- c) subordina as Guardas Municipais ao Chefe do Poder Executivo municipal, cria a possibilidade de sua participação em atividades policiais de envergadura realizadas por outros órgãos policiais na circunscrição do município e incentiva a troca de informações operacionais entre a Guarda Municipal e outros órgãos de segurança pública;
- d) denomina os integrantes das Guardas Municipais de guardas civis, cometendo-lhes as obrigações de cooperação com autoridades competentes em matéria de meio ambiente, criança e adolescente e dando-lhes competência para atendimento de ocorrências emergenciais;
- e) concede linha telefônica de serviço e frequência de rádio exclusivas para as Guardas Municipais;
- f) concede porte de arma ao guarda municipal, nas condições que estabelece;
- g) cria possibilidade de controle externo das Guardas Municipais pelos Conselhos Municipais de Segurança;
- h) assegura prisão especial para os guardas municipais;
- i) trata do treinamento, de formas de aprimoramento profissional e do credenciamento dos guardas municipais;
- j) cria, no âmbito do Ministério da Justiça, um Conselho Federal das Guardas Civas, responsável, entre outras atribuições, pelo credenciamento dos guardas municipais e registro das Guardas Municipais;
- l) estabelece repasses do Fundo Nacional de Segurança Pública para as Guardas Municipais. Tramita em conjunto com os PL's 7284/2006, 5959/2005, 3854/2004, 2857/2004, e é terminativa nas comissões.

PL 5959, de 2005

Autor: Deputado Chico Sardelli.

Dispõe sobre a regulamentação, atribuição e competências das Guardas Municipais como órgão do Sistema de Segurança Pública em todo o território nacional. Tramita em conjunto com o PL 1332/2003. Matéria terminativa nas comissões.

PL 2857, de 2004

Autor: Deputado Nelson Marquezelli.

Altera a redação da Lei nº 10.826/03 autorizando o porte de arma de fogo aos integrantes das guardas municipais. Tramita apensada ao PL 1332/2003. Matéria terminativa nas comissões.

PL 6810, de 2006

Autor: Deputado Chico Sardelli.

Apreciação Conclusiva das Comissões. Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de colete à prova de balas aos Guardas Municipais de todos os municípios do Brasil. Apensado ao PL 5959/2005. Matéria terminativa nas comissões.

PL 7437, de 2006

Autor: Deputado Luiz Carlos Hauly.

Cria o Programa Nacional para aquisição de unidades de atendimento móvel de urgência médico-hospitalar determinando a criação de um Fundo Nacional, vinculado ao Ministério da Saúde, constituído com 80% de recursos federais e 20% de recursos municipais. Cria também um Comitê Gestor, composto por representantes dos Governos Federal, Estaduais e Municipais e da sociedade civil a quem compete: estabelecer diretrizes e normas, elaborar estudos visando aumentar a eficiência dos serviços de atendimento móvel de urgência médico-hospitalar e definir critérios de distribuição das unidades de atendimento móvel adquiridas, priorizando as localidades mais carentes. E finalmente determina a isenção de IPI e de ICMS incidentes sobre as unidades de atendimento móvel adquirida através do Programa. Apreciação conclusiva das comissões.

PL 1142, de 2003

Autor: Deputado Darcísio Perondi.

Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, alterada pela Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que “dispõe sobre inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal”, e dá outras providências”. Atribuindo às Secretarias ou Departamentos de Agricultura dos Municípios, competência para realizarem a fiscalização nos estabelecimentos industriais e congêneres que façam comércio municipal e/ou intermunicipal de produtos de origem animal. Matéria terminativa nas comissões.

PLS 5506, de 2005

Autor: Senador Aloízio Mercadante.

Estende os benefícios fiscais as doações e patrocínios destinados a construção de salas de cinema em municípios com menos de 100 mil habitantes. Matéria aprovada no Senado Federal.

PLS 5303, de 2005

Autor: Cristóvam Buarque.

Altera a Lei 9394 de 1996, de modo a assegurar, aos docentes da rede pública que não tenham habilitação em nível superior, vagas nos cursos de graduação de formação de professores.

PL 6189, de 2005

Autora: Deputado Kátia Abreu.

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.

PL 6103, de 2005

Autor: Senador Luiz Pontes.

Dispõe sobre a construção de prédio para funcionamento de creche e pré-escola em assentamentos rurais. A matéria propõe que o órgão federal executor da Reforma agrária incluirá a construção de prédio para funcionamento de creche e pré-escola nas ações de implantação de infra-estrutura comunitária dos assentamentos rurais. Desde que tenham associações comunitárias para administrar as ações de interesse local; adesão da maioria das famílias dos trabalhadores rurais beneficiárias do projeto de assentamento aos programas de incentivos financeiros do governo federal de estímulo a manutenção de todos os filhos com idade entre 7 e 14 anos escola, no ensino fundamental e que a maioria da comunidade decida pela construção da creche e pré-escola e que também tenha um convenio celebrado com a prefeitura municipal a manutenção do estabelecimento de ensino infantil e incorporação a sua rede.

PL 6451, de 2005

Autor: Deputado Milton Monti.

Destina 2% da receita bruta das loterias às Prefeituras Municipais.

PL 6455, de 2005

Autor: Deputado Milton Monti

“Cria o Programa de Modernização e Renovação da Frota de Veículos, Máquinas e Equipamentos Municipais e dá outras providências”. O projeto de lei pretende criar o Programa de Modernização e Renovação da Frota de Veículos, Máquinas e Equipamentos Municipais, por meio de financiamentos abertos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. E garantir aos Municípios brasileiros uma linha de crédito para a renovação de sua frota, que, apesar de necessária, geralmente não é feita, porque as Prefeituras não dispõem de recursos próprios para tanto.

PL 4308, de 2004

Autor: Senador Federal.

Comissão especial Rio São Francisco. Altera a redação da lei 9433/97, para alterar a destinação dos recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

PL 4288, de 2004

Autor: Deputado Celso Russomano.

Dá nova redação ao caput do art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que “institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989”. Estabelecendo que os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão obrigatoriamente aplicados na bacia hidrográfica em que são gerados. Apensado ao PL 4308, de 2004.

PL 2604, de 1996

Autor: Deputado Jovair Arantes.

Institui incentivos fiscais para a aquisição de equipamentos médico-hospitalares, ambulâncias, e de materiais de construção destinados a instituições públicas ou entidades privadas de assistência à saúde, sem fins lucrativos. A matéria propõe a isenção do pagamento do IPI os equipamentos medico-hospitalares, inclusive ambulâncias, e os materiais de construção adquiridos por instituições publicas e privadas de assistência a saúde, sem fins lucrativos ou a eles doados.

PL 6957, de 2002

Autor: Senador Osmar Dias.

Essa proposta reajusta em 50% os valores das diversas modalidades de contratação sem licitação. Matéria

já aprovada no Senado. Aguardando votação na CFT da Câmara dos Deputados.

PL 3688, de 2000. Autor: Deputado Carlos Elias. Dispõe sobre a introdução de assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola. A Comissão de Educação esta propondo um substitutivo, propondo que esse atendimento seja prestado por psicólogos vinculados ao SUS e por assistentes sociais vinculados aos serviços públicos de assistência social.

PL 266, de 2007

Autor: Deputado Rogério Lisboa.

Altera a Lei n 9985, de 24 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1, incisos I, II, III e VII da CF, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e da outras providencias, no que se refere à compensação por significativo impacto ambiental. Fixa em 0,5% (meio por cento) o limite máximo para a compensação financeira por significativo impacto ambiental.

PL 134, de 2007

Autor: Deputado Severiano Alves.

Dispõe sobre a vigência de Planos Plurianuais de Educação elaborados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar novos planos decenais no último ano de vigência do Plano Nacional de Educação. E ajustar a vigência dos atuais planos de educação correspondentes para se encerrarem na mesma data que o Plano Nacional de Educação em vigor. Matéria conclusiva nas comissões.

PL 7694, de 2006

Autor: Deputado Ricardo Santos.

Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Nacional Pró-Infância Brasileira e dá outras providências. Sendo que compete à União elaborar o índice de Desenvolvimento Infantil - IDI. Os municípios devem participar por adesão mediante convênios ao Programa Federal para receber o apoio técnico e financeiro da União.

PL 28, de 2007

Autor: Deputado Edinho Bez.

Altera a Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, para prorrogar a vigência das sanções relativas ao descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

PL 32, de 2007

Autor: Deputado Augusto Carvalho.

Institui o Código de Licitações e Contratos da Administração Pública, com fundamento no art. 22, inciso XXVII, e regulamentação do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, define a conduta ética dos agentes públicos, procedimentos e processo sobre o tema e convênios, revoga a Lei de Licitações e Contratos nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e a Lei do Pregão nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dá outras providências. O presente anteprojeto de lei visa instituir no Brasil o Código de Licitações e Contratos da Administração Pública, com vistas a implantar um processo sistemático de seleção de licitantes, de contratação e de convênios.

PL 44, de 2007

Autor: Deputado Lincoln Portela.

Altera o art. 3º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, para dispor sobre a condicionalidade de serviço voluntário.

PL 73, de 2007

Autora: Deputada Solange Amaral.

Modifica o Artigo 2º e o Artigo 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Garantindo prioridade de acesso à habitação e à terra urbanizada à população com renda até 3 (três) salários mínimos.

PL 164, de 2007

Autora: Deputada Vanessa Grazziotin.

Dispõe sobre a imunização de mulheres na faixa etária de 9 a 26 anos com a vacina contra o papilomavírus humano (HPV), na rede pública do Sistema Único de Saúde de todos os estados e municípios brasileiros. Matéria terminativa nas comissões.

PL 214, de 2007

Autor: Deputado Sandes Júnior.

Dispõe sobre o recebimento de dotações orçamentárias por entidades intermunicipais, sem fins lucrativos. De acordo com a proposta as entidades, sem fins lucrativos, instituídas e mantidas por dois ou mais municípios, desde que aprovada por lei municipal, com a finalidade de administrar os consórcios formados para a realização de obras pública e a prestação de serviços públicos, de interesse comum, poderão receber dotações orçamentárias a qualquer título e deverão prestar contas ao TCU.



X MARCHA A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

PROMOVENDO A REFORMA FEDERATIVA

PROMOÇÃO



APOIO



PARCERIA



PATROCÍNIO

